



Contributo para a Revisão do Plano Director Municipal de Sintra

Introdução

A revisão do Plano Director Municipal (PDM) é um momento por excelência para fazer escolhas para o futuro do concelho de Sintra. Escolhas técnicas mas também escolhas políticas, feitas do diálogo entre autarcas e cidadãos, que orientam e condicionam as primeiras. Esta proposta alinha-se com estas duas premissas.

A abertura da consulta pública da revisão do Plano Director Municipal de Sintra (PDM), em fins de 2012, perspectiva o fim do plano do *PDM do Betão* que Edite Estrela e o PS deixaram de herança negativa a Sintra. Seria uma boa notícia se não chegasse tão tarde e de forma inesperada.

O Bloco de Esquerda de Sintra, ao longo dos últimos 12 anos, reclamou a urgência desta revisão e insistiu para que a Câmara definisse claramente o calendário do processo e um programa de auscultação das populações, das freguesias, do tecido empresarial, e das organizações ambientalistas e de cidadania. Em consonância com esta exigência, o Bloco de Esquerda dará toda a atenção a esta revisão, batendo-se para que o processo não seja uma formalidade decorrente do ano eleitoral em que se inicia e que as populações tenham um papel central no desenvolvimento do novo plano.

Linhas estratégicas para o desenvolvimento do Plano

O Bloco de Esquerda de Sintra defende uma mudança radical nos princípios do actual Plano Director, com rejeição do modelo de expansão e especulação em vigor e sua substituição por um modelo que valorize o ordenamento sustentável do território, a protecção do património natural e edificado e a eco-cidadania.

Um Plano humanizado, feito para o bem-estar dos cidadãos e cidadãs, que **Reduza** o betão e a pressão urbanística, aponte para a **Reabilitação** do património edificado, cultural e paisagístico e seja um incentivo à **Revitalização** da vida das cidades, vilas e localidades do concelho. Três Rs para o ordenamento sustentável do concelho, **Reduzir, Reabilitar e Revitalizar**.

O novo Plano deverá integrar os contributos dos Planos Municipais da Estrutura Verde, Ambiente e Energia e alguns aspectos do Plano Estratégico Sintra 2015, documentos mandados elaborar pelo executivo camarário há vários anos, com custos financeiros para os municípios e que até ao momento não tiveram qualquer implementação apesar dos importantes contributos que alguns contêm.

Neste contexto, propomos algumas linhas de orientação fundamentais para o novo Plano:

Criação de corredores verdes entre as cidades de Queluz e Agualva – Cacém, Agualva-Cacém e o Rio de Mouro, Rio de Mouro e Algueirão – Mem Martins e entre este e Sintra. Muitas das áreas verdes que ainda existem entre estas áreas urbanas têm sido alvo da cobiça de muitos promotores imobiliários, sendo a sua preservação e utilização para o bem colectivo fundamentais para o equilíbrio interno dos aglomerados e para toda a estrutura ecológica e ambiental da região.

Delimitação clara das áreas a urbanizar nos perímetros urbanos, com proibição de novas urbanizações e loteamentos fora deles no corredor urbano. Incluindo as freguesias da Vila de Sintra, não renovando alvarás já caducados e renegociar situações de direitos adquiridos. Construção controlada nas restantes áreas do Concelho com enquadramento paisagístico e diminuição da volumetria, respeito pela arquitectura tradicional e pela REN e RAN, áreas de protecção que não deverão ser delapidadas ou descaracterizadas. Para tanto, deve ser criada uma zona tampão no perímetro das manchas urbanas, para que se criem as condições de estabilidade, independentemente de circunstâncias futuras, pois o espaço não se reproduz.

Não permitir o aumento dos perímetros urbanos na área do PNSC e no corredor urbano. Dentro dos perímetros urbanos respeitar a estrutura ecológica urbana, o enquadramento paisagístico e restringir os aumentos de volumetria.

Definição dos equipamentos públicos necessários em cada freguesia e sua localização tendo em conta a opção de conter a expansão territorial das áreas urbanas e as mudanças demográficas que a população irá enfrentar.

Redefinição do planeamento das infra-estruturas energéticas e de água e saneamento, valorizando princípios de prevenção e actualizando canais de passagem e zonas de interdição, para evitar a repetição futura de episódios como o da Linha de Muito Alta Tensão que foi erguida em 2006 em cima de zonas urbanas e de património cultural protegido.

Definição de uma Estrutura Ecológica Municipal (EEM) e uma Estrutura Ecológica Urbana (EEU), fundamental para a qualidade de vida das populações dando atenção à criação Estrutura Ecológica Urbana (EEU) parte integrante da EEM em todos os perímetros urbanos. Nesse sentido, além dos aspectos acima referidos, deverá ser dado particular destaque à criação duma **rede de parques urbanos** em todas as freguesias e de áreas destinadas a **hortas urbanas**.

O novo plano deve dar uma especial atenção à **Requalificação das zonas de Génese Ilegal**. Para cada caso deverão ser equacionados os benefícios e custos ambientais e sociais da sua manutenção, devendo ser tomadas medidas preventivas que conduzam à sua consolidação e contenção da sua expansão, ou, nos casos em que se justifique, reiterar a proibição de ocupação do território e a necessidade de libertar os territórios ocupados. A revisão do PDM não deverá servir para legalizar situações cuja ilegalidade foi reiteradamente denunciada por cidadãos, autarcas e associações ambientalistas.

Preservação do PNSC com o controle da construção em toda a área do Parque, obrigando ao respeito da legislação em vigor, quer nacional quer a emergente de acordos internacionais; a redução do fluxo automóvel, criando percursos pedestres, ciclovias e privilegiando o transporte colectivo não poluente.

Preservação da Serra da Carregueira, classificando-a como **área para a conservação da natureza**, proibindo loteamentos e urbanizações fora dos perímetros urbanos.

Ordenamento das arribas e restante orla costeira – Em consonância com o POOC, o PDM deve dar particular atenção às arribas e toda a orla costeira no sentido da sua perseveração e combate às muitas agressões que aí incidem. O objectivo estratégico de

desenvolvimento do turismo não pode pôr em causa a segurança e o equilíbrio de ecossistemas frágeis nem justificar a ocupação da orla costeira e territórios contíguos.

Bolsa de terrenos agrícolas – o PDM deve dar particular atenção à delimitação clara e preservação dos terrenos com aptidão agrícola que sobreviveram à voragem do imobiliário, nomeadamente a zona hortícola de Almargem do Bispo, as várzeas de Sintra e Colares, toda a área de vinha da região demarcada do vinho de Colares e outros terrenos agrícolas que ainda persistem em diversas freguesias do concelho no sentido de se estimular a revitalização da agricultura. As alterações que, neste início de século, estamos a observar no clima, no consumo energético, na economia e na organização da sociedade, reforçam a ideia de que esta é uma opção estratégica fundamental para a sustentabilidade futura do território e das populações.

Planeamento da mobilidade – O ordenamento da mobilidade das populações assume grande importância não só por ser um direito dos cidadãos e cidadãs, mas também porque é fundamental para o ordenamento sustentável do concelho. Neste sentido o PDM deve integrar um plano de mobilidade concelhio que deve ter em conta:

A delimitação da rede viária de modo a garantir e facilitar o acesso às diferentes localidades e urbanizações.

Delimitação de **parqueamentos** junto às estações de comboio e nós rodoviários e procura de soluções de estacionamento em altura dentro dos perímetros urbanos.

Valorização da modalidade suave, com a criação de Rede de ciclovias e percursos pedonais e culturais a ligarem as áreas naturais, os parques urbanos e áreas de património cultural.

Estrutura de Património Cultural e Natural – O PDM deve salvaguardar o património arqueológico, arquitectónico, os núcleos urbanos tradicionais, as quintas e casais de interesse patrimonial, os monumentos geológicos, os matos e matagais autóctones, os rios e ribeiras e suas áreas envolventes.

Um PDM que pense o território e a economia local

A necessidade que o concelho tem em reforçar o tecido empresarial e económico tem de ser conciliada com a preservação de territórios e recursos e com a revitalização das áreas industriais existentes.

Deverá também ser equacionada a prática de reconversão de áreas industriais em zonas urbanas, com a deslocalização da indústria ou a implementação de novas indústrias em zonas agrícolas ou em área ecológica.

O novo plano deverá dar uma atenção particular ao ordenamento do Espaço Industrial e de serviços, delimitando claramente espaços para perímetros industriais, que deverão ser devidamente infra-estruturados, pondo fim ao caos fim ao caos e às agressões normalmente associadas a este tipo de estruturas. Deverá ainda ser dada particular atenção à “indústria da pedra” pela importância histórica e económica que tem no concelho.

A já referida protecção de zonas agrícolas e a criação de condições para um reforço da agricultura, da produção de hortícolas e de produtos de origem deve portanto ser vista como uma estratégia do Plano e do Concelho para o futuro.

A revisão do Plano como processo político amplamente participado pela população

Após mais de uma década de promessas e hesitações que favoreceram opções erradas com algumas consequências irreversíveis no equilíbrio do território, como foi o caso da manutenção da pressão urbanística, a Coligação Mais Sintra avança com a revisão do PDM.

O processo, no entanto, nasceu torto. Além de não ter sido ampla e atempadamente divulgado e de não figurar entre as prioridades do Orçamento e Plano da Câmara para 2013, a sua abertura foi feita nas costas da Assembleia Municipal, tendo a comissão criada para o acompanhar estado paralisada cerca de um ano e sem informação sobre a sua evolução.

Além do reforço do acompanhamento da revisão pelos órgãos autárquicos, que o Bloco irá defender em sede própria, reiteramos a necessidade de que este processo se desenvolva através de uma ampla participação das populações, de modo a que sejam elas a determinar o ordenamento e a estratégia de desenvolvimento do Concelho.

Ao fim de quase três meses de consulta pública, durante os quais se realizaram várias dezenas de reuniões e sessões de esclarecimento, comprava-se a importância desta revisão e da necessidade de tomar medidas para defender o território, a sua cultura e a qualidade de vida das populações. Comprova-se também a pertinência da existência espaços para debate e reflexão.

Assim, o reforço dos espaços públicos de discussão deverá ser uma preocupação a ter em conta nas restantes fases da revisão do Plano, com a realização de reuniões públicas

freguesias reuniões públicas de auscultação e debate, fóruns abertos de carácter mais técnico por áreas do Concelho, a culminar num grande Fórum concelhio. Estas iniciativas devem ser alvo de uma divulgação mais atempada e decorrer em horários que permitam uma maior presença dos cidadãos e cidadãs.

Sintra, 25 de Março de 2013

A Coordenadora Concelhia de Sintra do Bloco de Esquerda